

AGRICULTURA PERNAMBUCANA (1790 -1840): UMA TENTATIVA DE DIVERSIFICAÇÃO FRENTE À MONOCULTURA DO OURO BRANCO

Clécia Maria da SILVA¹

Prof. Dr. José Otávio Aguiar (orientador)

Resumo: O final do século XVIII e o início do XIX foram caracterizados pelo interesse de cientistas europeus e brasileiros como também do governo português pelo mundo natural. Isto fez com que inúmeros botânicos, zoólogos e mineralogistas desbravassem os mais diversificados ambientes do território brasileiro. A província de Pernambuco foi entre os anos de 1790 e 1840, um desses campos explorados como também sede de um jardim botânico que tinha como função aclimatar e popularizar o plantio das culturas vindas da Ásia. Assim, tomaremos a história ambiental como campo teórico-metodológico para analisar a tentativa do governo provincial e central de diversificar a economia como também de controlar a vinculação política dos cientistas com as idéias subversivas do período.

Palavras-chave: diversificação, agricultura e Pernambuco.

1. UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL

A História Ambiental teve seu início na década de 1970, período marcado por conferências cujos debates giravam em torno da crise global e dos movimentos ambientalistas. Segundo Donald Worster a História Ambiental surge como “um esforço revisionista para tornar a história mais inclusiva em suas narrativas” (WORSTER, 1991: 02), ou seja, propõe-se a fazer uma reavaliação da situação e indicar mudanças a nível global.

Assim, já aparece impregnada de compromissos políticos e morais. Transformada em debate acadêmico centrou sua compreensão na forma como o homem e natureza mutuamente se moldam. Por isso, faz uso de diversos campos do saber como: a Antropologia, a Geografia, Geologia, Biologia, Sociologia entre outras.

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG; Integrante do Grupo de Estudo de História Sócio-Cultural da América Latina da UPE.

Os norte americanos, Roderick Nash e Richard White, foram os primeiros a tentarem definir este ramo da História. O primeiro em seu ensaio – *the State of environmental* – propôs que os historiadores observassem a paisagem como sendo um documento histórico onde este escreve sobre si e sobre seus ideais. O segundo em sua produção – *American enviromental history* – traçou o desenvolvimento da história ambiental destacando a importância de Roderick Nash e Samuel P. Hays, além de ressaltar que eles tiveram como antecessores os estudiosos de fronteira e conquista do Oeste, Frederick Jackson Tuner e Walter Prescott Webb.

Podem-se acrescentar também os historiadores da Escola dos Annales como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, os quais demonstravam interesse pelos fundamentos ambientais na sociedade. Estes abordaram em seus textos respectivamente: *French Rural History* - a vida rural na França, *A Geographical introduction to history* - uma geografia social e *The mediterranean and the mediterranea world in the age Philip II* - o mediterrâneo.

Os temas freqüentemente abordados pela História Ambiental versam sobre: origens e efeitos das políticas ambientais e da cultura científico-administrativa de organismos governamentais com responsabilidade pelo meio ambiente; usos conflitivos de recursos naturais por povos com marcadas diferenças culturais ou por grupos sociais distintos de sociedades complexas; valores culturais coletivos relativos à natureza, ao ambiente, aos animais e vegetais; idéias de escritores ou militantes ambientalistas e por fim enredos de casos notáveis de degradação ambiental. Uma investigação que integra política, natureza, economia e organização social.

O método utilizado por tal investigação é o comparativo e para isso faz uso de fontes tanto tradicionais da história econômica e social como inventários de recursos naturais, impensas, leis além de mitos, lendas e relatos de exploradores, viajantes e naturalistas. Com base nestes relatos procuraremos compreender a tentativa da corte portuguesa de reconstruir os laços colônias, que em fins do século XVIII apresentava um processo de desagregação acelerado, a partir da diversificação da economia agrária.

2. ABSOLUTISMO ILUSTRADO EM PORTUGAL

Despotismo esclarecido é um termo inventado pelos historiadores alemães do século XIX para designar um fato histórico ocorrido na segunda metade do século XVIII em alguns países da Europa. Segundo os livros didáticos o despotismo esclarecido designa as atitudes que os príncipes quiseram colocar em prática com o discurso de referir à razão e ao bem estar do súdito, mas pretendiam na realidade fortalecer o próprio poder absolutista.

As noções mais freqüentes em relação ao despotismo são conciliação, reformas feitas de cima para baixo ou reforma do Estado pelo próprio Estado. Para a compreensão disto é importante a correspondência que há entre despotismo esclarecido e o absolutismo ilustrado porque por um lado há as práticas do Estado Absolutista, o mercantilismo e a sociedade do Antigo Regime, por outro, há o iluminismo e a ilustração política.

Por Ilustração Política compreendem-se as manifestações do pensamento político e sociais mais significativas e permanentes associada à época do iluminismo. Esta forma política foi aplicada nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra, França e América do Norte. Locais onde não ocorreu o absolutismo ilustrado, este último refere-se à concepção do Estado que se expressa através das formas assumidas pelos governos ilustrados como consequência das idéias filosóficas do iluminismo. A Prússia, Portugal, Rússia, Alemanha e Itália são alguns exemplos do absolutismo ilustrado.

Nos países que aplicaram esta prática política, a palavra de ordem era a secularização a fim de abolir as influências ideológicas eclesiásticas no plano político onde o Estado era o procurador dos interesses do bem comum. Para isso fazia-se necessário uma administração eficiente e atenta que era realizada por uma burocracia de profissionais preparados, dedicados às obrigações, ciosos de autoridade e obedientes aos superiores.

Essa burocracia era útil para eliminar os poderes e jurisdições a nível local e provincial. Eles tinham a função de emitir pareceres e oferecer sugestões, apresentarem planos de reforma e em certos casos ocuparem cargos importantes. Para estas funções foram os filhos dos nobres estimulados a estudar em colégios e faculdades visando atender os problemas da administração e manter a sobrevivência da aristocracia.

No âmbito econômico há uma associação das práticas mercantilistas e o fisiocratismo, elas são percebidas pela importância que os governos ilustrados dão à agricultura tentando incrementá-la e favorecê-la através de empréstimos e da racionalização do sistema fiscal. Além disso, havia uma política de mobilização fundiária da nobreza e do clero por meio de restrições aos bens de mão-morta.

Associada a esta política de mobilização fundiária do clero ocorreu também uma hostilidade anticlerical traduzida no antijesuítismo por conta da crítica e ao autoritarismo cultural e político da igreja. Chegou-se até mesmo uma interferência nos assuntos eclesiásticos do reino atingindo a disciplina, formação e o provimento dos benefícios. Estas interferências favoreciam o regalismo, medidas que buscavam a afirmação da autoridade real sobre todos os setores sociais e instituições que a cercavam.

Um exemplo do absolutismo ilustrado foi o de Portugal aplicado durante 27 anos do governo de Pombal, os quais se caracterizaram por uma tentativa de modernização da sociedade e de desenvolvimento da economia portuguesa. Para isto aumentou o poder real, contra as ambições políticas da alta nobreza e dos padres jesuítas.

Dentre as principais medidas tomadas por Pombal, encontram-se: decretação de impostos sobre os produtos importados, a fim de desenvolver a indústria de Portugal; fundou a Companhia dos Vinhos do Douro, que monopolizou a comercialização dos vinhos; confiou a reorganização do Exército português ao conde de Schaumburg-Lippe, militar alemão; acabou com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos; incentivou a produção agrícola e a construção naval e reformou a instrução pública e fundou várias academias. Mas quando D. Maria subiu ao poder, a nobreza reconquistou a influência perdida e promoveu a chamada Viradeira, política que tornou sem efeito a maior parte das reformas pombalinas.

Dentre as reformas pombalinas que resistiram a viradeira, sobressai a criação de uma burocracia “especializada e profissional” (FILHO, 1999: 82) proveniente da geração de cientistas naturais formados por Domênico Vandelli na Universidade de Coimbra. Este doutor da Universidade de Pádua segundo Warren Dean “organizou o jardim botânico do palácio da Ajuda e fundou o museu de história natural” (DEAN,

1996: 135) projetos que foram de interesse de Pombal quanto do Ministro do Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Este ministro pôs a diante as pesquisa iniciadas por Vandelli, as quais consistiam em coletar, observar e desenvolver as potencialidades naturais das colônias lusas a fim de recuperar a economia do Estado Luso, ou seja, buscava-se transformar as especiarias quinhentistas que eram tidas como exóticas em “produção natural” (FILHO, 1999: 88). Para isso passou o estado português a patrocinar expedições, pesquisas e criação de jardins botânicos e academias que posteriormente receberam a denominação sociedades literárias em seus domínios no ultramar.

No Brasil, a primeira sociedade científica de que se tem notícia foi fundada em salvador por volta de 1759, ela se propunha a fazer estudos a cerca da agricultura, da fauna, da flora e dos minerais. Mas de acordo com Warren Dean tal sociedade não deixou vestígios destes estudos. Uma segunda foi criada no Rio de Janeiro em 1772 pelo vice-rei Marques do Lavradio, esta tinha como foco pesquisas sobre a medicina, a cirurgia, a botânica, e a farmácia.

Esta academia apesar de sua breve existência conseguiu recuperar um jardim botânico dos jesuítas e nomear jardineiros e botânicos para cuidar do mesmo. O Marquês conseguiu segundo Warren Dean promover a diversificação agrícola e a busca por plantas nativas, mas, contudo tais atividades foram seguidas com tanto afínco após a saída deste vice-rei devido à prática comumente conhecida no Brasil por “descontinuidade administrativa” (DEAN, 1996: 136).

Luís Vasconcelos de Souza o sucedeu o Marquês do Lavradio no posto de vice-rei e durante seu governo construiu a mando da corte um museu de história natural e procurou dar impulso a academia agora como Sociedade Literária. Esta última procurou estimular o conhecimento escrito, científico e humanístico, no entanto em 1790 ao ser substituído foi extinta.

A extinção de muitas sociedades literárias tanto no Brasil quanto em Portugal decorre da suspeita de que estas se encontravam vinculadas as idéias subversivas do período. Assim durante o ministério de Souza Coutinho as correspondências científicas trocadas com freqüência entre luso-brasileiros e franceses passaram a ser aceleradas e fiscalizadas visando apenas abstrair deste último seus conhecimentos.

Para tomar maior impulso, este período que abrange o fim do século XVIII e início do XIX que Warren Dean sugere como a fase onde “a ciência descobre a floresta” (DEAN, 1996: 134) vale ressaltar a contribuição dos fatores políticos como a transmigração da corte lusa para os trópicos. Este acontecimento propiciou a vinda de inúmeros estudiosos como: Johann Emmanuel Pohl, Karl Friedrich Von Martiu, Saint-Hilaire entre outros.

De posse deste conhecimento partiremos para observar como se processou a tentativa de diversificar a agricultura na província de Pernambuco, a qual se encontrava submersa em conflitos político-sociais, cujo embasamento teórico advém da ilustração.

3. PERNAMBUCO: UM JARDIN DE “CULTURAS”

A busca pela diversificação da agricultura se deu num contexto político internacional favorável, pois as colônias inglesas, francesas e espanholas estavam imersas nas lutas pela emancipação deixando assim um amplo mercado consumidor. Assim a partir de 1795 tornam-se mais freqüentes as cartas régias recomendando obter mais informações a cerca da fauna, flora e dos minerais existentes a fim de serem explorados.

Assim tomando como centro de estudo a província de Pernambuco percebemos que as condições naturais, a posição geográfica e a formação econômico-social proporcionaram a divisão do território em três regiões - Litoral-Mata, Agreste e Sertão - consensualmente aceita por geógrafos e historiadores. Centraremos nosso estudo nestas duas primeiras uma vez que esta última destaca-se pelas riquezas mineralógicas. A primeira, Litoral – Mata corresponde à área de colonização mais antiga, de maior índice populacional e o centro das agitações políticas no período emancipacionista.

O litoral é formado por uma longa faixa plana e baixa composta de sedimentos arenosos que acompanha toda a orla marítima além de pequenas elevações de topos planos. A Mata ou Zona da Mata predomina as colinas com topos planos ou ligeiramente ondulados. O clima nesta região é o quente úmido com a presença de chuvas acentuadas no período outono-inverno (março a agosto).

Pelo fato do litoral ser composto de terras arenosas era ali cultivado o coqueiro. De acordo com Henry Koster é uma plantação que propicia uma renda segura e

necessita de poucos cuidados, pois se perfura a terra cerca de doze polegadas onde é colocado os nozes de coco geralmente enfileirados facilitando a aguação. Esta é feita freqüentemente pelas águas da chuva caídas no terreno.

Um ponto que pode ser ressaltado na descrição de Koster é por ser uma planta totalmente usufruída desde sua raiz até seu fruto.

“do seu tronco e de suas palmas constroem cabanas; de suas raízes fibrosas tecem os cestos e as cordas são fornecidas pela entrecasca. O fruto dá alimento e bebida, e se obtém um excelente óleo, depurando o sumo que se extrai prensando a sua polpa. O fruto é de uso geral na cozinha da gente pobre, e constitui um dos principais artigos no comércio interno.” (KOSTER, 2003: 460)

A zona da Mata pode ser dividida morfoclimaticamente em duas micro-regiões: Mata Seca (Norte) e Mata Úmida (Sul). Isto se deve “a diminuição dos totais pluviométricos no sentido leste-oeste se faz sentir mais pronunciadamente na mata norte do que na mata sul” (MELLO, 2004: 57). A cana-de-açúcar vai ser preponderante na mata sul onde se estendeu por várzeas e encostas deixando apenas os cimos das colinas reservados aos resquícios de mata atlântica.

A mata norte, ou melhor, a mata seca no início do oitocentos continha uma considerável diversificação farinha, fumo, banana, feijão, arroz e milho. Estas culturas possuem em comum algumas características, das quais destacamos: serem cultivadas nas proximidades dos engenhos de cana-de-açúcar, sua produção destinada para consumo dos escravos e da população livre em sua maioria de cor e estarem submetidas à redução de suas áreas mediante a demanda do mercado externo consumidor do ouro branco.

A historiadora Kalina Silva dedicou uma atenção especial a farinha e a banana bases da alimentação dos militares nas vilas açucareiras no segundo período português. Ela aponta exemplos de insubordinação destes na ausência daqueles gêneros alimentícios. Tal percepção pode levar-nos a observar com mais detalhe os movimentos ocorridos na província de Pernambuco no início do século XIX onde há uma intensa participação tanto da população livre de cor quanto de militares, pois neste período há uma

ampliação das áreas de cultivo da cana-de-açúcar como também de uma acentuada seca entre 1814 e 1816.

Mas outro ponto despertou a atenção de Evaldo Cabral de Mello é que foi nesta região onde se processou as primeiras transações do trabalho escravo para o livre. E esta diversificação pode ter abarcado esta população liberta como também propiciado uma melhora na qualidade de vida destes.

O Agreste abrange todo território sobre o Planalto da Borborema e suas encostas, com uma altitude compreendida entre 400 e 800 metros. Nesta região predomina o clima quente e subúmido, variando ora mais seco nos vales ora mais úmido nos brejos.

Nesta região, foi desenvolvido o cultivo do algodão, produto de importância econômica próxima do açúcar. De acordo com Koster “a qualidade do açúcar que é produzido na América do Sul, seja ao norte ou ao sul de Pernambuco, é inferior ao desta província.” (KOSTER, 2003: 453)

A qualidade pode ser explicada pelo fato do território ter as estações de inverno e verão mais regularmente marcadas. Mesmo havendo estiagem, a produção não era totalmente perdida devido à extensão territorial que abarcava, chegando a produzir uma média de 40.000 sacos nas primeiras décadas do século XIX.

No sertão, região árida de clima quente e seco Manuel Arruda Câmara chamava em 1810 a atenção do governador Caetano Pinto de Miranda para as utilidades da carnaubeira, vegetal de abundância na zona sertaneja principalmente nas margens dos rios e lagoas. Tendo no naturalista Arruda Câmara o seu maior estudioso, pois ao longo de dois séculos era apenas o tronco da carnaubeira explorado para a construção de casas e cercas.

As utilidades da carnaubeira são as mais variadas das quais destacamos com base no estudo do naturalista: possui uma fécula nutritiva que servia de alimentação aos povos do sertão em período de fome, o miolo das árvores novas cortados servia de alimentos para os cavalos, as folhas secas que naturalmente caía nutria o gado como servia para cobrir as casas rústicas, os frutos a semelhança das azeitonas quando cozidos ficavam com o gosto de milho, o tronco muito reto servia para fazer traves nas casas e currais e a cera retirada das folhas novas produzia velas.

O naturalista Manuel de Arruda Câmara desenvolveu inúmeros estudos a cerca da flora, fauna e dos recursos mineralógicos pernambucanos publicados na corte portuguesa quanto na carioca, mas dentre suas contribuições científicas destaca-se também as recomendações para a criação de um jardim botânico, o qual foi instalado em Olinda em 1812 pouco tempo depois do falecimento deste. A instalação se deu após a galeta denominada Princesa de Maria Tereza chegar com todas as plantas vindas de Caiena, junto com elas o francês Estevão Paulo Germain, o qual ficou responsável pela direção do mesmo.

O governador Caetano Pinto de Miranda tido pela historiografia como um homem tolerante e que não confiava na força das idéias, mas que logo investigou as possíveis ligações deste francês com o jacobinismo. Afirmando que Estevão Germain parecia-lhe estar “livre do contato jacobinico e que longe de ter adesão ao atual governo da França, antes aborrece no seu coração” (COSTA, 1958: v.7p. 37), contudo continua, “Salva porém esta qualidade, o seu caráter é alguma coisa volúvel” (COSTA, 1958: v.7p. 37).

Para auxiliar Germain recomendou o padre João Ribeiro, homem de probidade e de bastantes luzes da história natural, pois este havia estudado com Arruda Câmara. No viveiro do jardim havia as seguintes espécies que de acordo com Caetano Pinto estavam perfeitamente aclimatadas:

“300 girofleiros, 10 árvores-do-pão, 14 noqueiras, 9 corais-da-índia, 2 groseleiras, 5 bilimbizeiros, 2 caramboleiras, 3 quássias, 5 moringazeiros, 1 moscadeira, 8 lilases, 11 frutas-do-conde, 17 caneleiras, 6 bananeiras do otaiti, 7 pimenteiras da índia, 47 cacaueros, 8 jaqueiras, 2 pinheiros de Minas, 22 virgíneas, 7 gonçalinhos de Moçambique” (COSTA, 1958: v.7p. 38).

Mediante a prosperidade do jardim já em 1818 havia a pedido de Luis do Rego, último governador português da província, ao Ministro Tomás Antônio Vila Nova a remessa de plantas do chá da Índia, cravo, saboeiro, bambu, pamplimusse, sereiras e cochonilhas. Este mesmo governador recomendou a um agricultor de Bonito (povoado localizado no agreste pernambucano) denominado de Antônio José da Silva Vieira de transplanta para sua fazenda Primavera algumas plantas exóticas dentre estas: canela, cravo da índia, árvore-de-pão.

A tentativa deste cultivo, segundo consta na documentação foi bem produtiva chegando-se a usufruir mesmo de alguns frutos, salvo aquelas que haviam perecido devido à seca que assolava a região. Os anos que se seguiram ao governo de Luis do Rego percebe-se uma prosperidade do jardim e uma intensa recomendação da corte carioca no ano de 1825 de passar para os demais agricultores tais sementes e que o governo provincial juntamente com os administradores do jardim dessem toda assistência aos proprietários de terra.

Dentre as especiarias que produziu em maior quantidade encontra-se o cravo. Diante de tal produção e desenvolvimento a corte carioca recomendou a construção de outro jardim agora às margens do rio Capibaribe, servindo o de Olinda de viveiro deste. Contudo, o programa de recolonização da corte lusa por meio da agricultura e os jardins botânicos com o intuito de diversificar a economia não corresponderam completamente seus objetivos devido ao processo emancipatório do Brasil quanto como sugere Warren Dean pelos recursos que na maior parte destinava-se a sustentabilidade da monocultura do ouro branco.

FONTES

COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucano (1795-1817). Recife: Secretaria do interior e justiça/ Arquivo Público Estadual, 1958.

KOSTER, Henry. Viagem ao Nordeste do Brasil. 12ªed. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003.

BIBLIOGRAFIA

DEAN, Warren. **Aferro e fogo: a história e a devastação da mata brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p . 177-197.

FILHO, Oswaldo Muntreal. **Política e natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho**. In. PRADO, Maria Emília. O estado como vocação: idéias e práticas públicas no Brasil oitocentos. Rio de Janeiro: Access, 1999.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estruturas e comportamentos sociais**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p. 198-215.

